

BASE TERRITORIAL: Londrina, Alvorada do Sul, Arapongas, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Ibitiporã, Itaguajé, Jaguapitã, Jardim Olinda, Lupionópolis, Miraselva, Nossa Senhora das Graças, Paranapoema, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Santa Inês, Santo Inácio, Sertanópolis e Tamarana.

LONDRINA, JULHO DE 2002

CIRCULAR 001/2002

Através da presente comunicamos aos empregadores, da lavratura da **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** firmada com o **SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE VEÍCULOS DE LONDRINA**, aplicável no âmbito das relações de trabalho de todos os empregados, cuja cópia segue anexa.

Dentre o que foi acertado, ressaltamos o seguinte:

A) REAJUSTE SALARIAL: Os integrantes das categorias abrangidas pela Convenção Coletiva de Trabalho terão os salários fixos ou parte fixa dos salários mistos, reajustados a partir de 1º DE MAIO DE 2002, mediante a aplicação do percentual global de 9,55% (Nove inteiros vírgula cinquenta e cinco por cento), sobre os salários vigentes em 1º de maio de 2001.

- Aos empregados admitidos após 1º DE MAIO DE 2001, será garantido reajuste, proporcional ao seu tempo de serviço, nos seguintes termos:

MÊS / ANO DE ADMISSÃO	PERCENTUAL DEVIDO	MÊS / ANO DE ADMISSÃO	PERCENTUAL DEVIDO
MAIO / 2001	9,5500%	NOVEMBRO / 2001	4,6663%
JUNHO / 2001	8,7205%	DEZEMBRO / 2001	3,8738%
JULHO / 2001	7,8973%	JANEIRO / 2002	3,0873%
AGOSTO / 2001	7,0803%	FEVEREIRO / 2002	2,3067%
SETEMBRO / 2001	6,2695%	MARÇO / 2002	1,5321%
OUTUBRO / 2001	5,4649%	ABRIL / 2002	0,7633%

B) PISOS SALARIAIS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2002:

I) Os empregados, inclusive comissionistas, com mais de 60 (sessenta) dias de emprego, não poderão ganhar menos que R\$ 321,38 (trezentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos);

II) Os aprendizes, os zeladores, porteiros, serventes, "office-boys" e assemelhados, com mais de 60 (sessenta) dias, o piso salarial será de R\$ 287,37 (duzentos e oitenta e sete reais e trinta e sete centavos);

C) PISOS SALARIAIS DE INGRESSO A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2002:

I) Cria-se um piso de ingresso e que será mantido apenas e durante o contrato de experiência para os empregados, inclusive os comissionistas, no valor de R\$ 289,71 (duzentos e oitenta e nove reais e setenta e um centavos);

II) Os aprendizes, os zeladores, porteiros, serventes, "office-boys" e assemelhados, terão piso de ingresso de R\$ 258,04 (duzentos e cinquenta e oito reais e quatro centavos);

COMMISSIONISTAS - O piso salarial dos comissionistas será equivalente ao estipulado nas cláusulas quinta e sexta da Convenção Coletiva de Trabalho.

D) TAXA DE REVERSÃO ASSISTENCIAL: Haverá Taxa de Reversão Assistencial, em favor deste Sindicato, no valor equivalente a 4% (quatro por cento) descontado da remuneração mensal bruta de JULHO/2002, e 4% (quatro por cento) descontado da remuneração mensal bruta de NOVEMBRO/2002, de todos os integrantes da categoria, sindicalizados ou não, associados ou não, importâncias que deverão ser recolhidas até o dia 10 DE AGOSTO DE 2002 e 10 DE DEZEMBRO DE 2002, respectivamente, para crédito na conta nº 375-4, Caixa Econômica Federal, Agência Ouro Verde Londrina, através de bloquete de cobrança, fornecido pela entidade sindical dos trabalhadores, pagável em qualquer agência bancária, até o vencimento.

- § 1º - Em caso de não recolhimento até as datas aprezadas, os empregadores arcarão com a obrigação, acrescido da multa prevista no Artigo 600 da C.L.T., além da multa estipulada na cláusula 52 da Convenção Coletiva de Trabalho, em favor do Sindicato profissional.
- § 2º - Será obrigatório o desconto da Taxa de Reversão dos novos empregados admitidos na empresa após a data-base (MAIO) com prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento, salvo se tiver recolhido, comprovadamente, no emprego anterior.

Finalmente salientamos a cláusula 52 da Convenção que estipula **MULTA** pelo inadimplemento de quaisquer cláusulas da Convenção, importando ao empregador inadimplente a pagar, em favor do empregado prejudicado, cumulativamente e por cláusula não cumprida, uma multa igual a 20% (vinte por cento) do maior piso salarial da categoria tratado na Convenção Coletiva. A multa será acrescida de mais 20% (vinte por cento), se a cláusula não cumprida for a alusiva à época do pagamento de salário.


JOSÉ LIMA DO NASCIMENTO
Presidente

CONVENÇÃO COLETIVA

Vigência 1º de maio de 2002 a 30 de abril de 2003

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE LONDRINA
SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE VEÍCULOS DE LONDRINA

Base territorial: Londrina, Arapongas, Rolândia, Cambé, Ibiporã, Tamarana, Sertãozinho, Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Porecatú, Primeiro de Maio.

Instrumento particular de CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, celebrada entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE LONDRINA, por seu Presidente, ao final assinado, e, o SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE VEÍCULOS DE LONDRINA, por seu Presidente, ao final assinado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DATA BASE.

A vigência da presente Convenção Coletiva é de 01º de maio de 2002 a 30 de abril de 2003.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA.

A Convenção Coletiva se aplicará ao pessoal que presta serviços nas concessionárias de veículos, tanto no setor de vendas e comercialização de peças, acessórios e veículos novos e usados, na comercialização de consórcios, nas empresas prestadoras de serviços às concessionárias de veículos e nas oficinas e serviços auxiliares ou complementares destas, definida esta atividade não só nos estatutos sociais do Sindicato de categoria econômica, como na sua Carta Sindical e na Lei nº 6.729/79, e, para vigorar em toda a extensão territorial do SINDICATO PROFISSIONAL.

Ficam desobrigadas do cumprimento da Convenção Coletiva, as empresas que celebrarem com o SINDICATO PROFISSIONAL, ACORDOS COLETIVOS COM CLÁUSULAS MAIS FAVORÁVEIS, para aplicação específica no âmbito delas.

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL.

Os integrantes da categoria abrangidos por esta Convenção Coletiva terão correção salarial, a partir de 01º de maio de 2002, pela aplicação do percentual de 9,55% (nove inteiros vírgula cinquenta e cinco por cento) nos salários convencionados em 01º de maio de 2001.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - EMPREGADOS ADMITIDOS APÓS A DATA BASE.

Os empregados admitidos após 01º de maio de 2001, considerando-se o mês como a fração superior a 15 (quinze) dias, o percentual de correção será proporcional conforme tabela abaixo:

MÊS	PERCENTUAL
MAIO 2001	9,5500%
JUNHO 2001	8,7205%
JULHO 2001	7,8973%
AGOSTO 2001	7,0803%
SETEMBRO 2001	6,2695%
OUTUBRO 2001	5,4649%
NOVEMBRO 2001	4,6663%
DEZEMBRO 2001	3,8738%
JANEIRO 2002	3,0873%
FEVEREIRO 2002	2,3067%
MARÇO 2002	1,5321%
ABRIL 2002	0,7633%

PARÁGRAFO SEGUNDO - PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS

As diferenças salariais dos meses de maio e junho de 2002, inclusive dos pisos salariais serão pagas com os salários do mês de julho de 2002, em folha de pagamento e com o título destacado: "DIFERENÇAS SALÁRIAS DE MAIO E JUNHO/2002".

CLÁUSULA QUARTA - COMPENSAÇÕES DE ANTECIPAÇÕES LEGAIS, CONVENCIONAIS E ESPONTÂNEAS E EFEITOS DAS CONCESSÕES ECONÔMICAS.

Quer ao reajuste integral, quer ao reajuste proporcional, ora estipulados, autoriza-se a compensação de todos e quaisquer reajustes concedidos no período de 01º/05/2001 a 30/04/2002, sejam decorrentes de Acordos Coletivos, Aditivos a Convenção Coletiva, e os espontaneamente concedidos, no período, exceto os mencionados no item XII da Instrução Normativa nº 1, do E.TST.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - EFEITOS DAS CONCESSÕES ECONÔMICAS.

Face aos ajustes descritos na presente cláusula, bem assim aqueles relativos aos pisos salariais, resta pactuada a integral quitação, mercê do presente instrumento, de todos e quaisquer índices de reajustes eventualmente devidos até 30 de abril de 2002, véspera da data base da categoria, na forma do art. 7º, incisos XXVI e VI, da Constituição Federal.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O parágrafo anterior, não desobriga as empresas de a cada ano, reajustar os salários de seus empregados conforme os percentuais pactuados em cada Convenção Coletiva.

CLÁUSULA QUINTA - PISOS SALARIAIS A PARTIR DE 01º DE MAIO DE 2002.

Os empregados, inclusive COMISSIONISTAS, com mais de 60 dias de emprego, não poderão ganhar menos que R\$ 321,38 (trezentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos).

Os aprendizes, os zeladores, porteiros, serventes, "office-boys" e assemelhados, com mais de 60 dias, o piso salarial será de R\$ 287,37 (duzentos e oitenta e sete reais e trinta e sete centavos).

CLÁUSULA SEXTA - PISOS DE INGRESSO A PARTIR DE 01º DE MAIO DE 2002.

Cria-se um PISO DE INGRESSO e que será mantido apenas e durante o contrato de experiência para os empregados, inclusive os comissionistas, no valor de R\$ 289,71 (duzentos e oitenta e nove reais e setenta e um centavos).

Os aprendizes, os zeladores, porteiros, serventes, "office-boys" e assemelhados, terão PISO DE INGRESSO de R\$ 258,04 (duzentos e cinquenta e oito reais e quatro centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA - COMISSIONISTAS.

I - PISO o piso salarial dos comissionistas será equivalente ao estipulado nas cláusulas quinta e sexta.

II - MÉDIA DOS COMISSIONISTAS (CÁLCULO DE AVISO PRÉVIO, FÉRIAS, 13º SALÁRIO E VERBAS RESCISÓRIAS).

As férias, o 13º salário e o aviso prévio dos comissionistas será de valor igual à média dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à concessão ou pagamento do benefício, atualizando-se os valores de comissões mensais pelo índice do INPC ou o índice que o substituir e puder ser aplicado aos salários.

III - COMPROVANTES DE PAGAMENTOS DOS COMISSIONISTAS.

As empresas ficam obrigadas a declarar de modo inequívoco aos comissionistas, o valor ou o "quantum" sobre o qual foi aplicado o percentual das comissões ou sobre o qual estas foram calculadas.

IV - REPOUSO SEMANAL

Fica ajustado que o cálculo correspondente ao repouso semanal remunerado de que trata a lei



605/49, dos empregados comissionistas, será feito dividindo-se o valor das comissões pelos dias úteis efetivamente trabalhados, multiplicando-se pelo número de domingos e feriados ocorridos no mês correspondente.

V - PRAZO (O MÊS PARA O LEVANTAMENTO DAS COMISSÕES)

Para os empregados comissionistas o levantamento das vendas para efeito do pagamento das comissões e reflexos delas, o mês será contado do dia 26 de um mês ao dia 25 do mês seguinte, devendo ser pagas até o 5º dia útil ao mês a que se referem.

VI - CONFERÊNCIA DE CAIXA

A conferência dos valores arrecadados pelos empregados que desempenham funções de caixa será feita na presença deles e, em não sendo esta possível, não serão responsáveis por eventuais alegações de faltas ou erros.

VII - CHEQUES SEM FUNDOS E CARTÕES DE CRÉDITOS.

Somente serão de responsabilidade dos caixas e destes cobrados (parágrafo 1º, do art. 462 da CLT), os cheques sem fundos ou cartões de créditos não acolhidos pelas empresas emitentes dos cartões, quando os caixas não atenderem as normas internas das empresas, regulamentadoras da adoção de tais meios de pagamentos das vendas.

VIII - GESTANTE COMMISSIONISTA.

Para o pagamento dos salários correspondentes ao período de licença maternidade ou indenização pela estabilidade, a remuneração a ser observada corresponderá à média dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à concessão ou pagamento do benefício, atualizando-se os valores de comissões mensais pelo índice do INPC ou o índice que o substituir e puder ser aplicado aos salários.

CLÁUSULA OITAVA - RENEGOCIAÇÃO.

Quando convocado o Sindicato patronal, não poderá se negar a estabelecer negociações com o Sindicato profissional, a respeito do que se previu na tratativa coletiva ou de assuntos de interesses recíprocos.

CLÁUSULA NONA - ASSENTOS PARA DESCANSO.

Haverá assentos para os empregados nos locais de trabalho, de modo a lhes permitir o uso nas pausas verificadas na atividade e nos intervalos de atendimentos aos clientes.

CLÁUSULA DÉCIMA - FÉRIAS PROPORCIONAIS.

Para os empregados, com mais de 6 (seis) meses e menos de 12 (doze) meses de trabalho e que não tenham sido despedidos com justa causa, assegurar-se-ão as férias proporcionais, calculadas na base de 1/12 (um dozeavos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INÍCIO DO GOZO DAS FÉRIAS.

O início do gozo das férias individuais ou coletivas, não poderá coincidir com sábado, domingo e feriados, ou dia de compensação do repouso semanal remunerado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS.

A gratificação de 1/3 de férias, previstas no inciso XVII, do art. 7º da Constituição Federal, será paga aos empregados mesmo no caso das férias serem indenizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ÉPOCA DO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS DE FÉRIAS.

Deverá ser efetuado o pagamento das férias, da gratificação de férias e, se for o caso, da primeira metade do 13º salário, até 2 (dois) dias antes da data do início do gozo de férias, consoante art. 145 da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FÉRIAS DO ESTUDANTE.

Aos empregados, com menos de 18 anos, estudantes devidamente matriculados em estabelecimento regular de ensino, assegura-se o direito de gozo de férias coincidente com o das férias escolares, se a mesma fizer jus.

CLÁUSULA QUINTA - PRORROGAÇÃO DE

HORÁRIO PARA EMPREGADOS ESTUDANTES.

É vedada a prorrogação de horário de trabalho aos empregados estudantes que comprovarem a sua situação junto às empresas, ficando a critério deles o acolhimento da citada prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ABONOS DE FALTAS ESPECIAIS.

Aos empregados estudantes e vestibulandos, serão abonadas as faltas ao trabalho, por motivo de provas ou exames na região em que trabalham ou estudam, desde que devidamente comprovadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO.

Assegura-se às empresas abrangidas pela CONVENÇÃO COLETIVA, a possibilidade de celebrar ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO, com a participação do Sindicato Profissional, para pactuar condições econômicas, para compensação ou prorrogação da jornada de trabalho, observadas as disposições contidas no título VI da CLT, ou para estabelecer horários de trabalhos diferenciados para os setores de recepção e entrega de veículos, peças e nas oficinas, consultando-se, sempre, os empregados interessados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DECLARAÇÃO DE JUSTA CAUSA.

Quando o empregado for despedido por justa causa, o empregador deverá entregar-lhe a declaração do motivo determinante do despedimento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTABILIDADE DA GESTANTE.

Garante-se desde o início da gravidez até 5 (cinco) meses depois do parto, o emprego da mulher.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - AMAMENTAÇÃO.

Para amamentar o próprio filho, até que este complete seis (6) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CRECHE.

As empresas em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação. A exigência poderá ser suprida por meio de creches conveniadas, ou em regime comunitário ou a cargo da LBA ou do SESC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO.

As empresas ficam obrigadas a fornecer aos seus empregados, comprovantes de pagamentos, "olerites" ou contracheques, detalhando as importâncias de todas as verbas salariais e os respectivos descontos efetuados, inclusive os valores de depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do mês respectivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ANOTAÇÃO EM CTPS.

É obrigatória a anotação na CTPS dos empregados o valor dos salários reajustados e os percentuais de comissões.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - QUITAÇÃO.

Estabelece-se a obrigatoriedade do empregador de pagar as verbas rescisórias no prazo de lei e dar baixa na CTPS, sob pena de pagar a multa prevista no parágrafo 8º do art. 477 da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS.

As empresas que não pagarem os salários dos seus empregados no prazo estipulado no parágrafo único do art. 459 da CLT serão obrigadas a pagar o que deverem a este título com uma multa de 10% (dez por cento) sobre o saldo salarial devido até 30 (trinta) dias após o prazo legal de pagamento e 20% (vinte por cento) se o atraso for superior a 30 dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADES PROVISÓRIAS.

1 - PARA EMPREGADO CONVOCADO AO SERVIÇO MILITAR.

Assegura-se estabilidade provisória até 60(sessenta)



dias após a baixa ou desincorporação, ao empregado convocado para prestação de serviço militar compulsório. A estabilidade deixará de existir, se o empregado, voluntariamente, pedir incorporação ou prosseguimento de serviço militar. O empregado, quando no TIRO DE GUERRA deverá cumprir a jornada de trabalho normal de 44 horas semanais na empresa, cumprindo a jornada diária, a partir do instante em que compareceu à empresa, após o término de suas atividades diárias no serviço militar.

2 - PARA O EMPREGADO ACIDENTADO.

O empregado que sofrer acidente do trabalho e em decorrência dele tiver que se afastar do serviço, mediante auxílio-doença concedido por médico da Previdência Social, por prazo superior a 15 (quinze) dias, gozará de estabilidade no emprego por 12 (doze) meses, após a cessação da licença previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS (EPIS) PARA O TRABALHO.

Os uniformes, quando instituídos pelas empresas e os EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO (EPIS), quando exigidos pela natureza do serviço, serão entregues aos empregados gratuitamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - TAXA DE REVERSÃO.

Conforme autorizado pela Assembléia Geral da categoria e o estabelecido no art. 8º, inciso V da Constituição Federal, será descontado da remuneração bruta de todos os empregados, associados ou não do Sindicato, valor equivalente a 4,00% (quatro por cento) descontado da remuneração bruta de julho de 2002, entendendo-se como tal o salário devidamente corrigido na forma desta CCT e mais de 4,00% (quatro por cento) da remuneração bruta de todos os empregados, associados ou não do Sindicato, do mês de novembro de 2002, e que deverão ser recolhidas até o 10º dia de agosto de 2002 e do 10º dia de dezembro de 2002, em favor do Sindicato profissional, na agência da Caixa Econômica Federal, agência Ouro Verde, Londrina, conta nº 375-4.

PARÁGRAFO PRIMEIRO -

Em caso de não recolhimento até as datas aprezadas, os empregadores arcarão com a obrigação, acrescido da multa prevista no art. 600 da CLT, além da multa estipulada no final desta Convenção, em favor do Sindicato profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO -

Será obrigatório o desconto da Taxa de Reversão dos novos empregados admitidos nas empresas após a data-base, com prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento, salvo se tiver recolhido, comprovadamente, no emprego anterior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS.

O adicional de horas extras será de 50% (cinquenta por cento) para as 2 (duas) primeiras e de 100% (cem por cento) para as que excederem de 2 (duas).

PARÁGRAFO PRIMEIRO -

Se ao empregado for pago, com habitualidade, horas extras, o valor delas, pela média, integrará os salários para o efeito do cálculo do Descanso Semanal Remunerado (Enunciado nº 172 TST), das férias, do 13º salário, do aviso prévio.

PARÁGRAFO SEGUNDO -

Conforme o Enunciado nº 118 do Tribunal Superior do Trabalho, os intervalos concedidos pelas empresas, na jornada de trabalho diária, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA.

O contrato de experiência somente terá validade se celebrado por escrito, com data de início datilografada e a assinatura do empregado sobre a referida data, devendo ser anotado na CTPS.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - TRABALHO DE 20,00 HORAS.

Quando os empregados trabalharem após as 20,00 horas, terão direito a "marmite" ou valor equivalente em dinheiro, por dia.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - VALE TRANSPORTE.

As empresas concederão aos seus empregados, quando estes o desejarem, o VALE-TRANSPORTE, em número adequado e suficiente que lhes permita locomoverem-se de suas casas para o trabalho e vice-versa, em todos os dias úteis de trabalho, cobrando o percentual de 6% (seis por cento), calculado sobre o montante das verbas salariais legais ou contratuais. No caso das empresas solicitarem o trabalho dos empregados em dias não úteis, deverão igualmente conceder o VALE-TRANSPORTE.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL.

Assegura-se aos empregados a indenização adicional tratada nas leis 6.708/79 e 7.238/84, quando despedidos imotivadamente nos 30 (trinta) dias que antecederem a data-base.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - "RAIS" ANUAL.

As empresas encaminharão ao SINDICATO PROFISSIONAL cópia da sua RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, na mesma ocasião que a entreguem aos órgãos oficiais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA. EMPREGADO ÀS VÉSPERAS DA APOSENTADORIA.

Aos empregados, com 5 (cinco) ou mais anos de serviço na empresa e com pelo menos 29 (vinte e nove) anos de serviço registrado na CTPS, assegurar-se-á estabilidade no emprego, por 12 (doze) meses.

Deixará de gozar a estabilidade o empregado que após os 12 meses de estabilidade não tenha requerido a aposentadoria.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ADICIONAL NOTURNO.

O trabalho noturno, como tal definido em lei, será pago com adicional de 30% (trinta) por cento, sobre o valor da hora normal do trabalho diurno.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ADICIONAIS POR TRABALHO INSALUBRE E PERIGOSO.

O adicional de trabalho perigoso será de 30% (trinta por cento) do salário contratual e o do trabalho insalubre, os adicionais serão de 45%, 25% ou 15%, calculado sobre o salário-mínimo, caso se trate, respectivamente, de insalubridade máxima, média ou mínima, assim definidas na lei, por perícias ou por sentença da Justiça do Trabalho.

Na definição e classificação das atividades perigosas e insalubres será observada a legislação existente. A incidência e fixação de adicional para atividade penosa ficarão dependentes de regulamentação especial, de tratativas coletivas, de sentenças normativas, de ajuste entre as empresas e seus empregados ou de perícias ou sentenças da Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMPROVAÇÃO DO FGTS

Por ocasião da homologação de rescisão de contrato as empresas fornecerão aos empregados o extrato da conta do FGTS, onde conste a situação dos depósitos e rendimentos do trimestre imediatamente anterior ao desligamento do empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO -

As empresas, por ocasião da rescisão contratual, apresentarão os últimos 12 (doze) comprovantes de pagamentos de salários.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL.

O aviso prévio devido pelo empregador será de 30 (trinta) dias para os empregados que contarem com até 10 (dez) anos de serviço.

Para os que contarem acima de 10 (dez) a 15 (quinze) anos de serviço, o aviso prévio será de 40 (quarenta) dias.

Para os que contarem acima de 15 (quinze) a 20 (vinte) anos de serviço, o aviso prévio será de 45



(quarenta e cinco) dias.

Para os que contarem acima de 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) anos de serviço, o aviso prévio será de 50 (cinquenta) dias.

Para os que contarem acima 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos de serviço, o aviso prévio será de 55 (cinquenta e cinco) dias.

Para os que contarem acima de 30 (trinta) anos de serviço, o aviso prévio será de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ADMISSÃO DE MENORES.

Os menores de 18 anos serão admitidos no emprego mediante contrato de trabalho e com obediência às disposições legais e convencionais mínimas de direito tutelar do trabalho do menor.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - EXPEDIENTE DURANTE O CARNAVAL.

Não haverá expediente e respectivo trabalho na terça-feira de carnaval.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - REFEIÇÕES.

Faculta-se às empresas a fornecer aos empregados, refeições ou vales-refeições nos termos do PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO (Lei nº 6.321/78, regulamentada pelo Decreto nº 78.676, de 08/11/76), e do valor efetivamente recebido como vale refeição ou "ticket" da empresa, esta poderá descontar dos salários do empregado até 20% (vinte por cento).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - REFEITÓRIOS.

Se as empresas criarem refeitórios ou locais para os empregados fazerem refeições, autoriza-se a que os empregados neles permaneçam durante os períodos ou intervalos de descanso. A permanência dos empregados nas dependências das empresas, não será considerado como tempo à disposição para nenhum efeito legal.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - JORNADA SEMANAL.

Fixa-se a jornada de trabalho dos empregados da categoria em 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS

As empresas fornecerão aos empregados demitidos, atestados de afastamento e salários.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ACESSO DOS DIRIGENTES SINDICAIS ÀS EMPRESAS.

Assegura-se o acesso de dirigentes sindicais no recinto das empresas, nos intervalos destinados à alimentação e repouso dos empregados, para lhes possibilitar desempenhar suas funções, sendo-lhes, entretanto, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva às empresas e aos sócios, proprietários ou dirigentes.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - RELAÇÃO NOMINAL DOS EMPREGADOS.

As empresas encaminharão ao Sindicato profissional, cópias das guias de Contribuição Sindical e Assistencial, com a relação nominal dos empregados contribuintes e respectivos salários, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o desconto.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - GARANTIA DE EMPREGO AOS SUPLENTE DA CIPA.

Assegura-se a garantia do art. 165 da CLT aos representantes dos empregados nas CIPAS, mesmo que suplentes.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DIVULGAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.

As empresas ficam obrigadas a manter em quadros de avisos, uma cópia da Convenção Coletiva em vigência.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - FORO COMPETENTE.

O foro competente para a discussão das cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho é a Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO.

Em caso de inadimplemento de quaisquer cláusulas desta CONVENÇÃO COLETIVA, ficará assegurado ao SINDICATO PROFISSIONAL, a ajuizar em favor do empregado prejudicado, associado ou não do sindicato, AÇÃO DE CUMPRIMENTO na Justiça do Trabalho, para obter sentença que imponha o respeito às cláusulas convencionadas.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - PENALIDADE.

O descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta CONVENÇÃO NORMATIVA importará ao empregador inadimplente pagar em favor do empregado prejudicado, cumulativamente e por cláusula não cumprida, uma multa igual a 20% (vinte por cento) do maior piso salarial tratado nesta Convenção Coletiva. A multa será acrescida de mais 20% (vinte por cento), se a cláusula não cumprida for a alusiva à época do pagamento de salários.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - RENEGOCIAÇÃO.

Ocorrendo alterações substanciais nas condições de trabalho e de salários dos empregados, as partes convenientes abrirão novas negociações visando estabelecer, se for possível, novas condições normativas.

E, por estarem as partes entre si justas e acordadas, assinam a presente em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, comprometendo-se a depositar, para fins de registro e arquivo, uma via, na Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Paraná, nos termos do art. 614 da CLT, e do seu conteúdo darão divulgação aos interessados.

Londrina, 03 de julho de 2002.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE LONDRINA

José Lima do Nascimento
Presidente

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE VEÍCULOS DE LONDRINA
Fernando Menezes Prochet
Presidente

MINISTERIO DO TRABALHO

Subdelegacia Regional do Trabalho de Londrina, nos termos do art. 614 do C.L.T., o presente instrumento foi registrado na Delegacia Regional do Trabalho de Londrina, em 09 de julho de 2002, devidamente autenticado, e a presente cópia apreciada e metida.

Londrina, 09 de julho de 2002



Heio dos Santos
Chefe Administrativo
Matr. 141.352